

01  
X

**ATA DA 13ª REUNIÃO – ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO  
DAS ÁGUAS**

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas reuniram-se na Prefeitura de Amparo, localizada na Av. Bernardino de Campos, 705, os seguintes Prefeitos: Luiz Oscar Vitale Jacob de Amparo, José Natalino Paganini de Itapira, Carlos Alberto Aparecido de Aguiar de Monte Alegre do Sul, José Roberto Zem de Morungaba, Roseli Jesus do Amaral Leme de Pedra Bela, Anderson Luis Pereira de Pinhalzinho, Antônio Luigi Ítalo Franchi de Serra Negra, André Eduardo Bozola de Souza Pinto de Socorro, Jair Fernandes Gonçalves de Tuiuti. Esteve presente o vice-prefeito João Eduardo de Moraes, de Águas de Lindóia, com Procuração. Não compareceram os prefeitos: Antonio Nogueira de Águas de Lindóia, Luiz Carlos Scarpioni Zambolim de Lindóia, Mauricio Dimas Comisso de Santo Antônio de Posse. Como convidados estiveram presentes: Élio Pirani, de Águas de Lindóia; Ricardo Zanelato, Pasquale Lena, Luciana Valente, Paulo Rossi, de Amparo; João Bozzi e Osni de Itapira; Rodrigo Basaglia, Luciano Gomes Carneiro, José Eduardo Bassetto, Luis Carlos de Moraes, Pedro Luiz Perondini e Marcel Antonio Assis de Oliveira, de Monte Alegre do Sul; Gilberto Gualberto de Morungaba; Eduardo Aparecido Caetano e Maria Antonia, de Pedra Bela; Alexandre Franco e José Henrique Sperendio, de Pinhalzinho; Thiago Argentini, José Alexandre Vasconcellos e Moises Del Buono, de Serra Negra; João B. Preto de Godoy de Socorro; Cristiane Regina de Souza, de Tuiuti. Por parte do CISBRA estiveram presentes: o superintendente Hilário Piffer Júnior, a gestora da área jurídica Aline Nery, a gestora da área ambiental Sandra Cristina Dimis Santos, o gestor da área de TI Victor Zaccariotto, a agente administrativa Marcela Guelere, o agente administrativo Elton Moreira e o assistente administrativo Luiz Fernando Oliveira. Iniciou-se a reunião com a palavra do presidente Jacob cumprimentando os presentes. Junior prossegue colocando em aprovação a ata anterior que é aprovada por unanimidade, em seguida fala sobre o Plano de Saúde para os funcionários do Consórcio e para seus dependentes que foi proposto anteriormente com anuência da Diretoria e que já foi incluído um valor estimado na Planilha de Rateio para 2014, não houve objeção de nenhum dos presentes, sendo, portanto aprovado por unanimidade. Sobre a aprovação da Estrutura Administrativa Organizacional e Regulamento Geral de Pessoal, Junior apresenta uma ressalva no artigo 31 do Regulamento que passará a vigorar com a seguinte redação "A jornada de trabalho dos funcionários é de 40(quarenta) horas semanais". Junior explica que a alteração se fez necessária por conta da diferença de horário dos funcionários alocados na Estação de Transbordo, abre para questionamentos, não houve nenhum sendo aprovada pelos presentes a Estrutura Administrativa Organizacional e Regulamento Geral de Pessoal com vigência a partir de 2014. Apresenta a proposta de alteração do Estatuto Social do Consórcio. O Prefeito

Registro Efetuado para fins de "GUARDA  
e CONSERVAÇÃO", conforme previsto no  
artigo nº 127 inciso VII da Lei 6.015/73.

mg

01

REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS - AMPARO (SP)

José Osvaldo de Melo  
Oficial  
José Carlos de Melo  
Sub. do Oficial

REGISTRO DE TIT E DOCUMENTOS  
AMPARO SP

023640

DIGITALIZADO



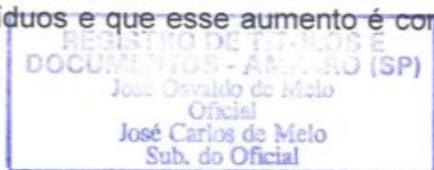
02

Aguiar questiona a redação do artigo 18 (dezoito) do Estatuto e sugere que seja alterada a prorrogação do mandato do Presidente, solicitando que o mandato de Presidente termine junto com o mandato de Prefeito em 31 (trinta e um) de dezembro, assumindo o Superintendente até uma nova eleição. A sugestão do Prefeito Aguiar foi aprovada pelos presentes. A próxima pauta foi a Planilha de Rateio de Custos para o ano de 2014 e salientou que os valores da planilha variável são baseados em estimativa, não significa que será exatamente os gastos efetivos dos municípios com o contrato de programa, e explicou a inclusão dos custos no orçamento com beneficiamento dos resíduos da construção civil e destinação de resíduos hospitalares, foi incluída apenas uma estimativa, disse que o município só vai pagar pela quantia que destinar e reforçou que conforme preceitua a lei, o município poderá cobrar dos particulares pela destinação deste resíduo. Comentou que em Santo Antônio de Posse ocorreu o beneficiamento dos resíduos da construção civil antes do Consórcio para atender solicitação do Ministério Público. Junior explica cada item do orçamento para o ano de 2014, detalhando cada investimento do Consórcio para o próximo exercício. Junior enfatiza que a intenção do Presidente é dar maior visibilidade para o Consórcio principalmente para a população. Informa também sobre o projeto das composteiras residenciais que serão entregues aos munícipes. Explicou que com o crescimento do quadro de funcionários e conseqüentemente de equipamentos será necessária a locação de um prédio para a sede. Com relação à previsão de recurso para um novo concurso público, Junior explicou que é para os novos cargos que surgirão com a construção da nova sede. Disse que tem intensificado esforços inclusive com apoio de Deputados para a liberação do recurso da FUNASA, comentou que com a autorização do Presidente tem realizado contato com o superintendente da FUNASA em São Paulo, Sr. Raze Rezek para priorizar a análise do nosso Projeto que está assinado desde dois mil e nove, já que a documentação para análise está completa. Prevê também no orçamento uma ampliação da estrutura da Estação de Transbordo com canalização de água de chuva, gramado, tela ao redor da área de transbordo e que a partir do dia primeiro de outubro, a estação de transbordo é gestão do Consórcio. Justificou que o aumento do preço da tonelada foi em decorrência justamente da Assembleia do dia vinte e um de fevereiro onde o Prefeito de Amparo tinha uma explicação a dar aos munícipes de porque o Município arcava sozinho com as despesas da Estação de Transbordo, explicando que na ocasião, um Secretário do SAAE apresentou uma planilha com cem mil reais mensais de custos com a Estação de Transbordo e que não mais seria possível arcar com esses gastos com a prestação desse serviço pelo SAAE. Junior termina a apresentação do orçamento e se coloca a disposição para dúvidas. Aguiar discordou com o valor previsto para marketing e eventos no orçamento de 2014 e com a aquisição dos selos completando que é um valor muito alto para ser gasto com propaganda e argumenta que esse valor poderia ser realocado ou diminuído e questionou também o aumento do valor da tonelada para destinação dos resíduos e que esse aumento é complicado principalmente para os municípios

Registro Efetuado para fins de "GUARDA  
e CONSERVAÇÃO", conforme previsto no  
artigo nº 127 inciso VII da Lei 6.015/73.

mg

Per





03  
X

menores. Junior explica que esse investimento inicial é imprescindível para criarmos uma estrutura que atenda as necessidades dos consorciados, como por exemplo, o projeto de ecopontos e ecoparques, onde os municípios deverão enviar para os aterros, apenas os rejeitos diminuindo os custos com coleta, transporte e destinação de resíduos. O Prefeito Nande questiona o motivo de ter aumentado o valor da tonelada de cento e um para cento e cinquenta e oito reais. Junior justifica que é pela inclusão do serviço da operação de transbordo. Paulo Rossi Secretário de Finanças de Amparo explica que o aumento no orçamento é extremamente impactante para os municípios e sugeriu revisão do orçamento partindo para um Plano B, cortando algumas despesas. Nesse momento o Presidente Jacob fala sobre a Contribuição Ambiental pedindo ao Junior que explique aos presentes. Sobre a contribuição Junior explica que a cobrança dessa taxa está prevista no Protocolo de Intenções e que em breve os Prefeitos estarão recebendo o fator e a forma correta para cobrança da taxa baseado na lei e em experiência da cobrança em outras cidades como Campinas e Guarulhos. O Prefeito Anderson de Pinhalzinho fala da dificuldade da cobrança dessa taxa nos municípios menores que não tem Plano Diretor. Junior explica que serão criados três índices para cobrança, por metragem da residência, por frequência de coleta e também por zoneamento e que está estudando a forma mais correta para a cobrança da taxa, evitando cobrança irregular no IPTU ou bitributação. Aguiar pediu para que a instituição da taxa seja analisada pelo jurídico de cada município. Junior explica que além de ser um novo recurso para custear as despesas com resíduos, a criação da taxa faz cumprir o que preceitua a lei. O Prefeito Nande perguntou para o Junior se ele tem ideia do valor da taxa que será cobrada, e que a população principalmente da zona rural reclama da cobrança da taxa, mesmo sendo muito pequena e cobra maior frequência de dias de coleta. Junior reforça que não no Brasil, mas em outras cidades como São Francisco, Japão é cobrada por kilo por habitante e que é um incentivo para a população realizar compostagem, fazer reciclagem justamente para pagar menos pelo serviço e ainda explica que a partir de 2014, o aterro sanitário não receberá mais resíduo comum, de acordo com a lei, aterro sanitário será só para rejeito, explica o superintendente. Eduardo de Pedra Bela pergunta qual a penalidade que a população sofrerá se descartar os resíduos de qualquer maneira, ressaltando o problema que existe nas zonas rurais. Junior disse que é passível de multa, e que tem o exemplo do Rio de Janeiro com a atuação de fiscais que já emitem multa na hora para o infrator. Nesse momento dá as boas vindas ao Prefeito de Socorro, André Bozola. Junior disse que é nosso dever mudar esse cenário investindo em educação ambiental nas escolas, nas ONGs, nos comércios até mesmo na própria prefeitura, conscientizando a população. Junior explica que se a taxa não for instituída, adequando as cidades no que prevê a lei, os municípios vão continuar tendo prejuízo com os resíduos, tendo que remanejar recursos para cobrir esse custo que pode ser reduzido com a coleta seletiva, com a compostagem, reciclagem, mas que isso só é possível através de

Registro Estabelecido para fins de "GUARDA  
e CONSERVAÇÃO", conforme previsto no  
artigo nº 127 inciso VII da Lei 6.015/73.

mg





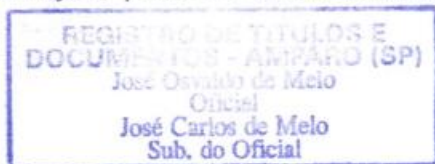
04  
2

investimentos. Explica ainda que muitos municípios já não têm onde depositar os resíduos, e alguns já com seus aterros sendo encerrados com o prazo de 2014 e que o passivo ambiental é de 25 anos. Paulo Rossi sugere novamente uma revisão no orçamento, um Plano B com redução nos custos fixos, e concorda com o Prefeito Aguiar em analisar a constitucionalidade da implantação da contribuição ambiental. Ilustrando o que Paulo falou, Junior disse que desde 1998 muitos municípios cobram a taxa de coleta do lixo de forma adequada, não por testada, cobrando pela área construída, pela frequência de coleta, pelo zoneamento. Exemplifica que no Brasil existem mais de duas mil cidades com coleta de lixo sendo custeada pela cobrança desta taxa, adverte ainda que de acordo com a Lei 11445, é obrigatória a taxa de coleta de lixo e que todas as Câmaras Municipais aprovaram a cobrança através do Protocolo de Intenções. O Prefeito André diz que politicamente a cobrança da taxa é impossível, porque os prefeitos têm um compromisso com a população. Paganini questiona a taxa e diz que conscientizar a população para que envie apenas os rejeitos para aterro é muito demorado e os custos tem que ser reduzidos já para o próximo ano e incentiva o Plano B. Junior fala sobre o IPTU Verde e da possibilidade de redução do IPTU para as residências, aquele que comprovar reciclagem em casa, reuso da água, aquecimento solar, área permeável, plantio de árvore terá desconto no pagamento do imposto. Argumenta que ao mesmo tempo em que será instituída uma nova taxa, com o IPTU verde estaríamos possibilitando a redução do imposto para que a população se conscientize sobre suas responsabilidades ambientais. Outra possível arrecadação é a regulamentação dos caçambeiros que passarão a pagar sobre os resíduos que eles cobram da população. Jacob pergunta sobre o Conselho Fiscal. Junior explica aos presentes que a pedido do Presidente Jacob está estudando a criação do Conselho Fiscal visando maior transparência para os atos do Consórcio. Continua com outro assunto da pauta, solicitação de recursos para educação ambiental, comenta que fez contato com um grupo de jovens especialistas em educação ambiental, que o grupo fez um projeto para implantação da educação ambiental nos doze municípios do Consórcio e sugere que o projeto seja realizado com a sobra orçamentária dos vinte e cinco por cento do recurso de educação e que seja investido neste projeto estimado em torno de trezentos e trinta mil reais a ser rateado entre os municípios. Aguiar propõe que o recurso do marketing seja investido na educação ambiental. Jacob reforça a importância da divulgação do Consórcio, disse que em Brasília na busca de recursos, o Consórcio foi muito bem recebido, recebeu elogios pelo Projeto e retornou com promessa inclusive do Fundo Nacional de Meio Ambiente, Junior explica que a Dra Ana Beatriz Diretora do FNMA se comprometeu em incluir em reunião do Conselho Nacional de Meio Ambiente com a participação da CEF e do BNDES a disponibilização de recurso para construção do Ecopontos e ATTs, um recurso em torno de oito milhões. O Prefeito Zem disse que sem divulgação nada disso seria possível. O prefeito Nande disse que sem dúvida o Consórcio é a solução, porém o custo está muito elevado. Jacob então disse que é

Registro Efetuado para fins de "GUARDA  
e CONSERVAÇÃO", conforme previsto no  
artigo nº 127 inciso VII da Lei 6.015/73.

mg

4

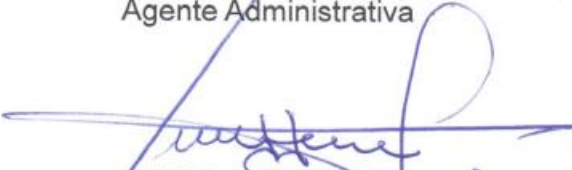





05  
X

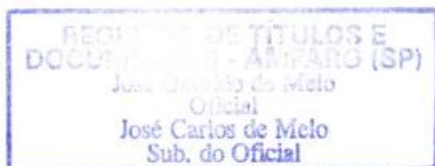
melhor levar os questionamentos sobre o orçamento e a taxa ambiental para análise dos técnicos jurídico e financeiro de cada município para composição de um Plano B. O Prefeito Anderson pergunta se o valor do custo variável é negociável. Junior responde que sim com a inclusão de novos municípios. Aguiar solicita que seja encaminhado ofício e documentos oficiais pelo correio porque não tem recebido as correspondências eletrônicas. O Prefeito Anderson questiona a diferença de peso e Junior explica que sempre apontou à administração anterior que essa diferença era inaceitável e que a nova administração já realizou denúncia no Ministério Público. Aguiar reclama novamente do envio de correspondências, inclusive do boleto que deve ser enviado pelo Correio. Junior justifica que o envio por email evita impressão de papel, além de ser mais econômica e mais rápida. Gilberto de Morungaba propõe que o envio seja realizado das duas formas, eletrônica e pelo correio. Por decisão de todos os presentes ficou agendada uma nova Assembleia Extraordinária para o dia vinte e três de outubro às quatorze horas com os técnicos das áreas jurídica e financeira e com os prefeitos as dezenove horas no Paço Municipal de Amparo. Finalizou-se a reunião às 21h20min. Sem mais nada a constar, eu, Marcela Guelere, agente administrativa do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas, redigi e lavrei a presente ata, que segue assinada por mim, pelo Superintendente e pelo Presidente do Consórcio. Amparo, 16 de outubro de 2013.

  
Marcela Guelere  
Agente Administrativa

  
Hilário Piffer Júnior  
Superintendente do CISBRA

  
Luiz Oscar Vitale Jacob  
Presidente do CISBRA

Registro Efetuado para fins de "GUARDA  
e CONSERVAÇÃO", conforme previsto no  
artigo nº 127 inciso VII da Lei 6.015/73.



**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE AMPARO - SP**

Rua Osvaldo Cruz, 345 - Centro Fone: (019) 3807-4266

Oficial: José Osvaldo de Melo Sub. do Oficial: José Carlos de Melo

Apresentado para registro em 02/12/2013, protocolado sob numero

23.640 e Registrado sob nº.21.049 fls.95 Livro B-87 (TD)

Amparo-SP, 03/12/2013.

7  
OFICIAL 41,16 ESTADO 0,00 IPESP 0,00 SINORREG 0,00 JUSTICA 0,00 DIL/RCT 0,00 TOTAL 41,16

  
PATRICIA AP. ROSSI DE OLIVEIRA ZAMPOLLI  
Escrevente

Certifico e dou fé, que nesta data, foi efetuado o **registro facultativo** do presente documento, sob nº.21.049 fls.95 do Livro B-87 de Registro Integral de Títulos e Documentos, **apenas e tão somente para os fins de GUARDA CONSERVAÇÃO**, nos termos do **artigo 127 inciso VII da Lei nº.6.015/73**, conforme requerimento datado de 12 de novembro de 2.013, firmado por Luiz Oscar Vitale Jacob, que declarou ter ciência **de que referido registro, por si só, não atribui direitos, servindo apenas para conservação do documento e autenticação de sua data.**

Amparo, 03 de dezembro de 2.013.- A Escrevente Autorizada,

  
PATRICIA AP. ROSSI DE OLIVEIRA ZAMPOLLI  
Escrevente